

Declaração da Conferência de Monróvia

Nós, os participantes da Conferência Virtual da AFROPAC em 17 e 18 de Maio de 2022, organizada pela República da Libéria, declaramos o seguinte:

- Dois anos após o surto da pandemia da COVID-19, **África encontra-se numa situação crítica**, com perda de crescimento, crescentes níveis de pobreza, desafios sistémicos na saúde e na educação.
- Com a retoma a ganhar terreno, surgiram **novos desafios**, ampliados pela guerra na Ucrânia: rápido aumento dos preços dos alimentos, petróleo, fertilizantes, etc., perturbações globais dos mercados e das cadeias de abastecimento, aumento das taxas de juro.
- Nesta situação, as finanças públicas estão sob pressão e necessitam também de recuperação - e ao mesmo tempo a despesa pública é crucial para a retoma económica. A política fiscal tornou-se um **exercício de equilíbrio extremamente difícil** entre a consolidação orçamental e as necessidades sociais e de desenvolvimento.

Objectivos e Requisitos

- **Para enfrentar os desafios que se avizinham**, os decisores políticos fiscais em África devem garantir que:
 - os fundos públicos sejam gastos de forma eficiente, criteriosa e em consonância com as prioridades políticas
 - os **recursos** internos sejam **mobilizados** de forma mais eficaz para gerar receitas crescentes, sem sobrecarregar as empresas e os cidadãos
 - **a evasão e a elisão fiscais** sejam combatidas eficazmente, com especial ênfase na cessação dos **fluxos financeiros ilícitos** provenientes de África
 - o desenvolvimento da **dívida pública** seja acompanhado de perto para assegurar a sua **sustentabilidade**, incluindo uma **gestão minuciosa de riscos** como o aumento das taxas de juro ou a deterioração das taxas de câmbio.
- Para satisfazer estes requisitos, é essencial maximizar a **transparência**. Os países africanos precisam de:
 - **orçamentos** abrangentes, bem estruturados e acessíveis
 - **leis fiscais** claras, justas e coerentes, que sejam executadas e **aplicadas** sem ambiguidades e na íntegra
 - clareza sobre **isenções fiscais**, sua justificação e consequências

- **relatórios** abrangentes e precisos **sobre a dívida pública**, incluindo informações sobre credores e condições em vigor.

Exigências e Compromissos

Dirigindo-se aos **governos africanos**, os participantes esperam que estes:

- redobrem os seus esforços no sentido de **maximizar a eficácia da despesa pública**, a fim de fazer face a um espaço fiscal limitado, centrando-se particularmente nas infra-estruturas e necessidades sociais de modo a apoiar o crescimento sustentado
- assegurem a **transparência orçamental**, permitindo aos Parlamentos monitorizar a eficiência orçamental e apoiar os governos na sua busca de eficiência orçamental
- **melhorem os seus sistemas fiscais e administrações tributárias** de modo a assegurar a equidade e o crescimento das receitas
- colmatem **falhas e lacunas** e revejam de forma crítica todas as isenções fiscais com o objectivo de conter os **fluxos financeiros ilícitos**
- intensifiquem a **colaboração pan-africana sobre os fluxos financeiros ilícitos**, incluindo a União Africana, para que África fale a uma só voz no debate global e adopte uma abordagem conjunta e sistemática
- incrementem a **luta contra o branqueamento de capitais** através de legislação baseada em avaliações de risco internas, aplicação coerente das leis em vigor e reforço das Unidades de Informação Financeira
- melhorem os seus **sistemas de auditoria** e regulamentos de supervisão
- giram estrategicamente a sua **carteira de dívida** no âmbito de um quadro legal coerente, incluindo **uma análise de risco** obrigatória
- partilhem **relatórios regulares sobre a dívida pública e documentos de estratégia** com o Parlamento para debate e aprovação.

Dirigindo-se à **comunidade global**, os participantes instam os governos das economias avançadas e as agências internacionais a:

- responder às **necessidades dos países africanos para a sua recuperação** pós-pandemia e sob pressão de novos desafios e apoiá-los na cobertura das suas necessidades de desenvolvimento
- apoiar a **modernização do sistema fiscal e orçamental** nos países africanos
- **cooperar** plenamente com os governos africanos na luta contra os **fluxos financeiros ilícitos**, por exemplo, nos domínios da avaliação incorrecta das transacções comerciais ou da recuperação de bens

- aumentar os esforços no sentido de estabelecer a **transparência financeira** como um bem público mundial, impedindo assim que os fluxos ilícitos continuem a aumentar
- contribuir e unir esforços para organizar a **redução da dívida** dos países em dificuldades, em particular no sentido de finalizar o **Quadro Comum do G20** como um instrumento justo, eficaz e transparente para a reestruturação da dívida nesses países
- ajudar os países africanos a evitar níveis de dívida insustentáveis, oferecendo **empréstimos ou subvenções em condições favoráveis** aos países que não podem criar o espaço fiscal de que necessitam sem correrem o risco de sobreendividamento
- apoiar os países africanos a melhorar as suas capacidades **de gestão da dívida**.

Os participantes encorajam a AFROPAC a concentrar-se em três áreas:

(A) Na área da **eficiência orçamental**, devem:

- apoiar os seus membros no reforço da capacidade de exercer uma **supervisão rigorosa** dos orçamentos
- encorajar as PAC a solicitar às autoridades governamentais que **avaliem, monitorizem e apresentem relatório** sobre a eficácia e eficiência das suas despesas
- permitir que as PAC peçam explicações das autoridades governamentais sobre a forma como as **suas despesas se relacionam com os objectivos e programas políticos**, e com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- ajudar os seus membros a **colaborar com as Organizações Não Governamentais (ONG)** que monitorizam o desempenho das instituições governamentais.

(B) Em relação à mobilização de **receitas internas** e à **luta contra os fluxos financeiros ilícitos**, devem:

- apoiar os seus membros na **supervisão significativa da política fiscal** e na promoção de medidas para melhorar e modernizar os sistemas fiscais, fortalecer a aplicação da legislação fiscal, reforçar as autoridades fiscais e, não menos importante, aumentar as receitas fiscais
- criar oportunidades para que os seus membros partilhem medidas práticas para **evitar, acompanhar de perto e impedir os fluxos financeiros ilícitos**, no que respeita à evasão fiscal, preços de transferência, etc.
- encorajar as PAC a solicitar às autoridades **governamentais** que aumentem o conhecimento das formas e padrões dos fluxos financeiros ilícitos que sejam mais importantes a nível local - e que encetem um diálogo eficaz com o Governo sobre as medidas a tomar em conformidade
- promover uma estreita **cooperação das PAC com as SAI** dos seus respectivos países na luta contra a corrupção e a fraude fiscal

- ajudar as PAC a **interagir com os meios de comunicação social** com o objectivo de aumentar a sensibilização do público e a eficácia na luta contra a corrupção e os fluxos financeiros ilícitos.

(C) No que diz respeito à **política e gestão da dívida pública**, devem:

- apoiar os seus membros a instar os governos que **prestem informação sobre a dívida pública** de forma abrangente, pormenorizada e transparente
- capacitar as PAC para **discutir com os governos questões estratégicas** de política e gestão da dívida
- ajudar as PAC a funcionar como organismos de vigilância eficazes **evitando níveis de dívida insustentáveis**.